



Espanha Eleições antecipadas num país virado do avesso

Mundo, 26/27



Violência doméstica Mais de metade dos jovens já sofreram violência em contexto de namoro

Estudo afirma que notícias mal enquadradas incentivam agressores

Sociedade, 16 a 18

Governo recusa ser “capturado por privados” na crise da ADSE

O executivo assume que quer “proteger os utentes” da ADSE, mas não se vai deixar “capturar” pelos grandes grupos da Saúde. Saiba o que está em causa no conflito com os hospitais privados **Destaque, 2 a 7**

Novos ministros na segunda. Pedro Nuno fica com Habitação

Ministro do Ambiente perde a tutela da Habitação, que passa para o futuro ministro Pedro Nuno Santos **p12**



DANIEL ROCHA

Carlos Silva “À ministra da Saúde resvalou-lhe o pé para o chinelo”

Economia, 22 e 23

Greve põe em causa recolha de lixo, aulas e consultas

Amanhã há greve da função pública, mas hoje os efeitos já se começam a sentir. Saúde e escolas mais afectados **p24**

Carlos Costa vai ser pela quarta vez o alvo dos deputados

É hoje aprovada a quarta comissão de inquérito que avaliará o governador do Banco de Portugal **p14**

PS chumba projectos para redução de propinas

O Parlamento discute projectos do BE e PCP para o fim progressivo das propinas, PS está contra **p19**

HOJE Colecção Y,
O Último Homem
Dragões de Kimono
(Vol. 8)

Por +
12,90€



EM BANCA
Mestres do Crime
Um Estudo em Vermelho,
de Arthur
Conan Doyle
(5.º Vol.)

Por +
8,90€



euro milhões

**ESTA SEXTA
O QUE FARIA COM**

€164 milhões

Saiba mais em www.jogosantacasas.pt

Proibido jogar a menores de 18 anos | Linha Direta Jogos 808 203 377 (das 8h às 24h)

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

**JOGOS
SANTACASA**

ECONOMIA

Líder da UGT apela a Marcelo e acusa ministros de “desrespeito”

Carlos Silva O secretário-geral da UGT diz que o país vive “um sobressalto cívico e sindical” e que a culpa é do actual Governo que “alimentou expectativas acima das suas possibilidades”

Hora da Verdade
Helena Pereira e Eunice Lourenço (Renascença)

Neste momento, a UGT faz mais oposição ao Governo do que qualquer partido, reconhece o secretário-geral da central sindical. Em entrevista ao PÚBLICO e Renascença, que pode ouvir hoje às 13h, Carlos Silva explica as diferenças em relação à CGTP, que anda tímida, e revela que já aconselhou o sindicato dos enfermeiros Sindepor a “parar para pensar”.

Há uma guerra entre UGT e Governo?

Não há guerra. Há algum mal-estar, nomeadamente entre os socialistas que são a tendência maioritária na UGT em relação a uma intervenção crítica do secretário-geral do PS na reunião da comissão política [em que acusou os sindicatos da UGT de serem “irresponsáveis”]. Foi a primeira vez, em 40 anos de existência da central sindical, que isso aconteceu de uma forma tão assertiva e até um pouco agressiva. Nunca um primeiro-ministro fez este tipo de crítica tão contundente à central sindical e muito menos um primeiro-ministro do PS.

O que significa isso?

Significa que a posição da UGT está a incomodar o Governo. Há uma parte do movimento sindical que tem tido uma participação mais activa nas ruas e na acusação à UGT de ser a muleta dos governos e dos patrões. Agora somos nós que fazemos oposição ao Governo, mais do que alguns partidos, e isso talvez seja uma alteração de paradigma. Em relação às declarações do secretário-geral do PS não podemos deixar de sentir algum orgulho. É uma prova perante o país que a UGT não está mancomunada com qualquer governo! O que há é uma reacção legítima sobretudo por parte

dos sindicatos da administração pública a um conjunto de expectativas e promessas que douraram o nosso universo político a partir de Novembro de 2015 e que ficam goradas. O que há agora é um sobressalto cívico e sindical por parte dos trabalhadores da administração pública que não se acomodam perante a incapacidade do Governo de vir ao encontro das suas expectativas. Vir ao encontro não é dar tudo o que se pede, não. Muitas vezes basta sentar-se à mesa e tentar manter um processo negociado.

O Governo não tem sabido manter negociações.

Não, nomeadamente na administração pública. Não há dinheiro e se não há dinheiro não há negociação: é isto que diz o Governo quando fala com os sindicatos, dos enfermeiros aos professores. Nos últimos dias vieram os magistrados do Ministério Público decretar dias de greve, o sindicato dos trabalhadores dos impostos e muitos outros estão em polvorosa. Esta quinta [hoje] e sexta [amanhã], há greve decretada pela Frente Comum. Há uma convergência do mundo sindical e compete ao Governo perceber o que está em cima da mesa. Dar uma bordoadá na UGT caiu mal. Seiscentos mil funcionários públicos, que têm família, não estão tranquilos. Isto representa 1,5 ou dois milhões de pessoas que não estão satisfeitas.

Como vê esta greve dos enfermeiros?

Com alguma preocupação. Há um acumular de situações nos últimos anos que não foram resolvidas. É evidente que há um momento em que temos de parar para pensar. Esse momento chegou não apenas por causa da questão da requisição civil. Esta tensão tenderá a distender-se. Já falei com o Carlos Ramalho, do Sindepor,



para conversarmos e percebermos que passos podem ser dados para amenizar a situação. Mas à ministra da Saúde resvalou-lhe o pé para o chinelo. Entendeu que não havia condições para negociar. Houve uma radicalização de posições. O ideal é que se termine a greve, mas o Governo deve ter a consciência de que a opinião pública está alertada para a situação que se vive no SNS. Quando terminar a greve e houver negociações, esperemos que terminem as filas de espera, os seis ou sete meses para as consultas de especialidade, e que as pessoas deixem de estar acumuladas em macas nos hospitais do SNS. **Nesta questão da greve dos enfermeiros, Arménio Carlos tem sido mais crítico do que Carlos Silva em relação ao**

crowdfunding.

Não tenho sido crítico porque o crowdfunding tem uma roupagem legal no nosso país.

Mas é pouco transparente.

Então que se combata a questão da transparência. Estou de acordo com a proposta do PS para que se crie uma lei na AR para quebrar o anonimato do crowdfunding. Até para evitar suspeições.

Como se resolve agora o impasse nas negociações?

Como em qualquer negociação sindical com uma entidade patronal privada ou pública. Não faz sentido esticar a corda porque senão os trabalhadores que representamos nunca mais têm aumento salarial nenhum. O que importa perceber é aquilo que o primeiro-ministro veio dizer de que talvez em 2020 haja condições

de desbloquear aumentos salariais para a função pública. Porque é que não disse aquilo numa reunião com os sindicatos em vez de dizer isto na televisão? Era uma forma de distender a tensão.

E na saúde também acha que deve ser assim?

Deve ser assim com todos: sentar-se a ministra da Saúde com os enfermeiros, o ministro da Educação com os professores. Temos a administração pública num patamar de luta e reivindicações por uma expectativa que saiu gorada.

Este Governo alimentou expectativas acima das suas possibilidades, é isso?

É. Alimentou expectativas acima das suas possibilidades mas na altura se calhar não sabia que era acima das possibilidades e nestas



DANIEL ROCHA

achava que eu ia deixar cair o Sindepor? Era só o que faltava! Não deixo cair nenhum sindicato! Não cometeram nenhuma ilegalidade! Podem estar numa atitude menos adequada para a opinião pública, que pode achar que o que está a fazer é um abuso da greve, um abuso do direito. A minha função não é dar tau-tau a ninguém. É criar um patamar de intervenção pública que reflecta o que é a generalidade da opinião na UGT. Fiz os alertas ao presidente do Sindepor, é preciso parar para pensar, o que não significa abdicar das lutas. Eles têm razão.

Estão ou não a ser ultrapassados os limites da greve?

É preciso parar para pensar para evitar aquilo que grassa na opinião pública: que há um abuso de direito ou uma utilização abusiva da greve. Mas a requisição civil veio trazer para a luta outros sindicatos que estavam à espera para ver. Houve aqui um movimento de solidariedade.

Como tem visto a posição do Presidente da República?

Tem sido favorecedor do diálogo e de uma solução partilhada.

Devia ser o mediador?

Há um apelo e estou a favor desse apelo, mas cabe ao Governo olhar para o espelho e perceber qual é o caminho que quer fazer. Cabe ao Presidente criar pressão.

No caso dos professores, o ministro chegou a dizer que tem até ao fim de 2019 para abrir a negociação.

Isso é um desrespeito?

É um desrespeito aos sindicatos e à boa-fé. Estamos a gozar com a cara dos outros? Isso não se faz. Os sindicatos reagiram e ainda vão reagir.

Sente-se mais ouvido e valorizado pelo Presidente do que pelo primeiro-ministro?

Claramente, não tenho dúvidas.

Teme que o acordo de concertação social assinado em Julho seja desvirtuado no Parlamento agora em Fevereiro?

Não temo porque tem a assinatura do primeiro-ministro. Ele fez questão de ir à cerimónia. Há um líder que assinou. Se querem fazer alterações, digam ao líder que querem contrariá-lo.

helena.pereira@publico.pt

coisas é melhor ter alguma cautela. Não teme que se cave um fosso entre público e privado? Não. Isso é mais o discurso político daqueles que querem lançar trabalhadores contra trabalhadores. O ministro Vieira da Silva tem ido ao encontro das reivindicações do movimento sindical. Na concertação social tem sido possível gerar equilíbrios entre os sindicatos, patrões e Governo. Tem havido aumento da negociação colectiva. O primeiro-ministro parece que se esqueceu de que quando é preciso compromissos na concertação social a UGT está presente e a CGTP não. É este mal-estar que se criou. Então quando é necessário reforçar a concertação social e o diálogo fala-se com a UGT e no resto o senhor primeiro-ministro



Não digo que a CGTP esteja quieta e muda, mas nos últimos tempos não se vê grande agitação

É preciso parar para pensar para evitar aquilo que grassa na opinião pública: que há um abuso de direito ou uma utilização abusiva da greve

A UGT não está mancomunada com qualquer governo

Há mais de um ano que ando a dizer ao primeiro-ministro que era necessário que nos reuníssemos

À ministra da Saúde resvalou-lhe o pé para o chinelo

Não temos visto a CGTP tão aguerrida

Percebo que há uma certa tentativa de apaziguamento da esquerda parlamentar que apoia o Governo

“António Costa não é o PS e o PS não é António Costa”

Na sexta-feira, o primeiro-ministro esteve reunido duas horas com o secretário-geral da CGTP. Foi convocado para alguma reunião?

Não, mas não sei de quem partiu a iniciativa para essa reunião. Há mais de um ano que digo ao primeiro-ministro que era necessário que nos reuníssemos para abordar estas matérias, a começar pelos professores. No dia de assinatura do acordo da concertação social em Julho do ano passado, o primeiro-ministro disse para aguardarmos, e continuamos a aguardar. Percebo que há aqui uma tentativa de apaziguamento da esquerda parlamentar que apoia o Governo e de ter paz social do lado da CGTP, onde normalmente não costuma existir. Não digo que a CGTP esteja quieta e muda, mas nos últimos tempos não se vê grande agitação.

Há aqui uma relação preferencial com a CGTP ou são tíques de arrogância do primeiro-ministro e tudo isto é um acumular de situações?

Há um cúmulo de situações que vêm do passado. O tiro de partida para um afastamento foi logo após a criação desta solução governativa em que transmiti a minha opinião sobre o acordo à esquerda. Houve reposição de direitos e tenho de elogiar o Governo, mas há uma altura a partir de 2017 em que se verifica uma redução da reposição.

Está a dizer que sente uma retaliação por parte do primeiro-ministro?

Não. Digo que algum sentimento de orfandade pode vir daí. Não tenho falado com o secretário-geral, que conheço desde a juventude, mas percebo que nestas coisas os amigos estão de um lado e aqueles que não são amigos estão do outro. No PS houve uma situação em que houve dois lados distintos que foi a batalha interna entre António Costa e António José Seguro, e eu estava do lado de António José Seguro. **Sente que isso hoje ainda pesa?** Sim, pelo menos em relação

à minha pessoa. Nunca senti ostracismo da generalidade dos militantes e membros do Governo, mas já devia ter sido recebido pelo primeiro-ministro de um modo formal. A última vez que estive com ele foi por ocasião da visita a Lisboa do secretário-geral da confederação europeia de sindicatos, em Novembro. Estou também há vários meses a aguardar que o secretário-geral do PS marque na sua agenda uma data para reunir o congresso da tendência sindical socialista. Andamos nisto desde Novembro. É neste sentido que nos sentimos arredados do diálogo político por parte do líder.

Sente que há uma relação preferencial com a CGTP?

Tenho sentido uma relação preferencialíssima. Não temos visto a CGTP tão aguerrida, a não ser no caso dos professores. No dos



Carlos Silva diz que o facto de ter apoiado António José Seguro, na batalha interna do PS, ainda “pesa”

enfermeiros, tem estado parada. **Há uns meses, numa entrevista, dizia que não se assustava com maiorias absolutas. Ainda mantém que gostaria que o PS tivesse maioria absoluta nas próximas legislativas? Apesar destes episódios de arrogância de que fala?**

Sou defensor da estabilidade política e governativa. A arrogância é apenas do líder. Ele não é o PS e o PS não é o António Costa. O PS é muito mais do que o seu secretário-geral, assim como a UGT é muito mais do que eu.

O PS com maioria absoluta seria um PS mais livre, em relação aos outros partidos de esquerda?

Seria mais livre para tomar decisões dentro da sua linha política de sempre e dentro da sua filosofia social-democrata. É um partido integrador.